

## CONTRIBUIÇÕES DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM FORTALEZA\*

Pryscyla Aragão Abreu Freitas<sup>1</sup>

Júlia Soares Rodrigues<sup>2</sup>

Kenitt Oliveira da Silveira<sup>3</sup>

João Carlos Rodrigues da Silva<sup>4</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa visa avaliar possíveis contribuições das salas de recursos multifuncionais (SRMs) para a efetivação da Política de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza (RMEF) entre 2013 e 2023. Para isso, realiza-se uma avaliação em profundidade, utilizando o estudo de caso em uma escola da rede municipal de ensino, com a metodologia de pesquisa participante. A pesquisa foca na análise das práticas pedagógicas e administrativas das SRMs, buscando entender como essas salas têm influenciado a educação especial na RMEF. O referencial teórico-metodológico fundamenta-se na abordagem qualitativa, com ênfase na pesquisa participante e na análise de caso. A pesquisa participante, inspirada em autores como Paulo Freire e Michel Thiollent, permite a imersão no contexto escolar, facilitando a observação direta e a coleta de dados em interação contínua com os atores educacionais. Além disso, o estudo de caso, conforme proposto por Robert Yin, proporciona uma compreensão detalhada e contextualizada das operações das SRMs, permitindo uma análise profunda das práticas pedagógicas e administrativas. Os resultados preliminares indicam que, apesar de avanços significativos, ainda existem desafios que impedem a plena efetivação das SRMs. Dentre os avanços, destacam-se a melhoria no atendimento personalizado aos alunos com necessidades especiais e a integração mais efetiva desses alunos ao ambiente escolar. Observa-se que as SRMs têm contribuído para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas e para a sensibilização da comunidade escolar quanto às necessidades dos alunos. No entanto, desafios como a falta de recursos adequados, a formação insuficiente dos profissionais e a necessidade de maior envolvimento da comunidade escolar permanecem. A pesquisa sugere soluções e estratégias para fomentar a participação ativa de pais e responsáveis no processo educacional. Esses elementos são essenciais para fortalecer a educação especial na RMEF, garantindo uma inclusão mais efetiva e equitativa para todos os alunos.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Educação Especial, Salas de Recursos Multifuncionais.

---

<sup>1</sup> Mestranda – MAPP – Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas – UFC – CE, [professorapryscyla@gmail.com](mailto:professorapryscyla@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda pelo Curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil - RS, [profajuliasoares@gmail.com](mailto:profajuliasoares@gmail.com);

<sup>3</sup> Mestrando pelo Curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil - RS, [kenitt.oliveira@gmail.com](mailto:kenitt.oliveira@gmail.com);

<sup>4</sup> Professor orientador. Doutor em Análise do Discurso pela Universidade de Brasília - DF, [profjocarlos@gmail.com](mailto:profjocarlos@gmail.com).

\* Artigo baseado na dissertação de mestrado em Avaliação de Políticas Públicas – MAPP/UFC, ainda em curso. A pós-graduação financiada pela Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza por meio do Programa Observatório da Educação (Lei 11.207/2021).

## INTRODUÇÃO

A Educação Especial, no contexto da educação inclusiva, tem se consolidado como uma política pública fundamental para assegurar o direito à educação para todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais. No Brasil, a implementação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) nas escolas regulares tem se destacado como uma estratégia crucial para a efetivação dessa política, possibilitando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e promovendo a inclusão e o desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Neste cenário, a Rede Municipal de Ensino de Fortaleza (RMEF) tem adotado ações para garantir a presença e a efetividade das SRMs, buscando atender a uma demanda crescente por práticas pedagógicas inclusivas.

A Rede Municipal de Ensino de Fortaleza se destaca no cenário educacional nordestino, atingindo o primeiro lugar em matrículas, com 237 mil alunos distribuídos em 625 unidades escolares, abrangendo desde a creche até o ensino fundamental II, conforme dados do Censo Escolar 2023. Tal expressividade, embora indique um avanço em termos de acesso à educação, não deve ser interpretada como um indicador absoluto de qualidade. A expansão de matrículas e a quantidade de escolas refletem esforços em atender a demanda, mas também trazem à tona desafios relacionados à infraestrutura, à formação docente e à efetividade das práticas pedagógicas inclusivas, que será o lócus dessa pesquisa.

Ainda contextualizando a rede estudada, quanto aos indicadores educacionais, os resultados do último IDEB apontam um desempenho de 5.9 nos anos iniciais, colocando Fortaleza em 5º lugar no ranking nacional, e um índice de 5.3 nos anos finais, com a cidade ocupando o 3º lugar entre as capitais. Embora esses números indiquem progressos relevantes, eles devem ser analisados de forma crítica. O destaque nos rankings pode mascarar desigualdades internas e a necessidade de políticas educacionais que promovam uma educação equitativa e inclusiva. A busca por qualidade vai além dos índices; ela requer um olhar atento às práticas pedagógicas, à formação continuada de professores e à inclusão de todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades educacionais especiais.

A escola investigada, localizada no Conjunto Palmeiras, é uma das 52 escolas patrimoniais sob a gestão do Distrito de Educação 6. No Distrito de Educação em questão, a matrícula total de 43.609 alunos revela uma distribuição variada em diversos níveis educacionais. Destaca-se a significativa presença de alunos na Educação Infantil, totalizando 11.707 matrículas, com uma subdivisão de 4.370 alunos matriculados em creches e 7.337 na pré-escola. No âmbito do Ensino Fundamental, verifica-se um contingente expressivo de



32.902 alunos, distribuídos entre os anos iniciais, com um total de 17.601 matrículas, e os anos finais, com 14.346 matrículas. Além disso, há o registro de 955 alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos, oferecida no turno noturno. Esses números refletem a diversidade de demandas educacionais presentes no território, evidenciando a necessidade de políticas educacionais abrangentes e adaptáveis para atender às especificidades de cada etapa de ensino e perfil de aluno.

Em relação à Educação Especial, observa-se um total de 2.956 matrículas de alunos com deficiência, o que ressalta a relevância dessa área na promoção da inclusão e da equidade educacional. Esses alunos estão distribuídos entre diferentes etapas de ensino, com 255 matriculados em creche, 528 na pré-escola, 1.225 nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 924 nos anos finais do Ensino Fundamental e 15 na Educação de Jovens e Adultos. Essa diversidade de matrículas destaca as múltiplas necessidades educacionais presentes na comunidade escolar, reforçando a importância da Educação Especial em oferecer suporte personalizado e recursos adaptados para atender às especificidades de cada aluno, promovendo, assim, uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

No entanto, apesar dos avanços observados, para a inclusão de fato persistem desafios significativos que comprometem a plena efetivação dessa política pública. Esses desafios incluem, entre outros, a formação contínua dos profissionais envolvidos, a adequação de recursos e materiais didáticos, e o envolvimento ativo da comunidade escolar. Assim, surge a necessidade de avaliar o papel das SRMs na efetivação da Política de Educação Especial, bem como de identificar suas contribuições e desafios no contexto específico de Fortaleza.

A escolha deste tema para realizar nos meus estudos de mestrado está intrinsecamente ligada à minha trajetória pessoal e profissional na área da educação. Desde os primeiros contatos com a realidade educacional de crianças com necessidades especiais, observei práticas que variavam do modelo segregador ao inclusivo, despertando um interesse crescente sobre a política pública voltada para a Educação Especial. Atualmente, como coordenadora pedagógica de uma escola da RMEF que conta com uma SRM, reconheço a relevância e o potencial desses espaços para a inclusão educacional e social dos alunos. A pesquisa justifica-se, portanto, pela necessidade de compreender, de forma aprofundada, como as SRMs estão contribuindo para a efetivação da Política de Educação Especial em Fortaleza.

Além disso, a relevância acadêmica do estudo se sustenta pela lacuna existente na literatura científica sobre a especificidade das SRMs como estratégia para a efetivação da Política de Educação Especial. Apesar da expressividade de pesquisas sobre o Atendimento Educacional Especializado, há uma escassez de estudos que abordem diretamente a



contribuição das SRMs no contexto de Fortaleza, justificando a pertinência de uma investigação mais direcionada. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam não apenas ampliar o debate acadêmico, mas também orientar novas políticas públicas complementares e práticas educacionais mais inclusivas.

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar as possíveis contribuições das Salas de Recursos Multifuncionais para a efetivação da Política de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza entre os anos de 2013 e 2023. Para alcançar esse propósito, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: Compreender os fundamentos teórico-políticos da Educação Especial e Educação Inclusiva no Brasil e no Ceará. Investigar como se organiza a Política de Educação Especial no município de Fortaleza no período entre 2013 e 2023. Avaliar o papel das SRMs à luz das percepções de professores, gestores e familiares, identificando os avanços e desafios na implementação dessa política.

Este artigo, ao focalizar a análise das práticas pedagógicas e administrativas das SRMs, busca fornecer subsídios para a compreensão de como esses espaços têm influenciado e podem continuar a influenciar a Educação Especial na RMEF, contribuindo para a promoção de uma inclusão efetiva e equitativa para todos os alunos.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa proposta neste artigo adota uma abordagem qualitativa, tendo como objetivo principal a avaliação das possíveis contribuições das salas de recursos multifuncionais para a efetivação da Política de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza entre 2013 e 2023. A escolha da abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de compreender em profundidade o fenômeno em estudo, indo além da mera quantificação dos dados, para capturar os significados e interpretações dos sujeitos envolvidos.

Como tipo de pesquisa, optou-se pelo estudo de caso (Yin, 2015), que permite uma análise detalhada e contextualizada de uma situação específica. Este método é apropriado para investigar fenômenos contemporâneos em profundidade e em seu contexto real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas. A escola escolhida para este estudo está localizada no Distrito de Educação 6 de Fortaleza, um território com diversidade de demandas educacionais e uma expressiva presença de alunos com deficiência.

A presente pesquisa adotará a metodologia de pesquisa participante, conforme delineado por Brandão e Thiollent (2011). Esta abordagem metodológica busca promover uma interação ativa entre os pesquisadores e os participantes, permitindo uma co-construção do conhecimento.



A pesquisa participante é caracterizada pela colaboração contínua e pela valorização dos saberes locais e das experiências dos participantes, visando não apenas a produção de conhecimento científico, mas também a transformação social.

Thiollent (2011) descreve essa metodologia como um processo dinâmico de construção conjunta do conhecimento, no qual os participantes não são meros objetos de estudo, mas co-investigadores que contribuem com suas experiências, saberes e perspectivas. A pesquisa participante, como delinea o autor, representa uma abordagem metodológica que enfatiza a colaboração ativa entre os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa aqui nominados participantes.

De acordo com o autor citado anteriormente, a pesquisa participante é particularmente relevante em contextos onde se busca a transformação social, pois ela promove a emancipação e o empoderamento dos participantes através da valorização de seus conhecimentos e práticas. Essa abordagem se distingue por sua flexibilidade e capacidade de adaptação às realidades locais, permitindo uma compreensão mais profunda e abrangente dos fenômenos sociais estudados.

Em relação ao referencial avaliativo, a abordagem da avaliação em profundidade (Rodrigues, 2008) seria mais adequado pela ênfase nos múltiplos olhares dos participantes envolvidos na política, pois que a educação como uma política de caráter social ao ser avaliada deve-se privilegiar uma perspectiva processual, multidimensional e interdisciplinar. A partir do que Rodrigues (2008) propõe, há a necessidade de se considerar quatro aspectos analíticos importantes da Política em estudo: a análise de conteúdo do programa, análise do contexto de formulação, trajetória institucional do programa e seu espectro temporal. Os tópicos apresentados pela autora são segundo ela essenciais para pôr em prática uma proposta de avaliação em profundidade, pois acredita-se que é percorrendo esse caminho de pesquisa que o avaliador-pesquisador será capaz de realizar um trabalho denso, detalhado e multidimensional, colocando a multi e a interdisciplinaridade como categorias primeiras da sua investigação.

Para uma efetiva interpretação impregnada de sentidos, a avaliação em profundidade baseia-se na relação processual em todo trajeto avaliativo, considerando o protagonismo dos sujeitos envolvidos; para tanto, utiliza-se de diferentes tipos de coleta de dados e informações, conforme salienta Rodrigues:

uma avaliação em profundidade das políticas públicas deve ser empreendida a partir de diferentes tipos de coleta de dados e informações: questionários em novos e variados formatos; grupos focais que inovem em relação às propostas tradicionais; entrevistas de profundidade aliadas às observações de campo; análise de conteúdo do material institucional com atenção ao suporte conceitual e às formas discursivas nele expressas; abordagem cultural, com



compreensão dos sentidos formulados, em diferentes contextos, sobre um mesmo programa; etc. (Rodrigues, 2008, p. 06).

Para a coleta de dados, serão utilizados instrumentos diversos, tais como entrevistas semiestruturadas com as professoras das salas de recursos multifuncionais e gestores escolares. A aplicação de um formulário Google Forms aos professores de sala de aula regular e responsáveis por alunos também faz parte da estratégia de coleta de dados, possibilitando a obtenção de um panorama mais amplo sobre a efetivação da política de educação especial. Adicionalmente, será realizada uma análise documental de materiais institucionais, como legislações, diretrizes da Rede Municipal de Fortaleza e produções acadêmicas.

A análise dos dados será conduzida de forma interpretativa, buscando compreender os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos às práticas e políticas educacionais em vigor. Neste processo, a triangulação de dados provenientes de diferentes fontes será fundamental para a construção de uma compreensão densa e contextualizada do fenômeno em estudo (Geertz, 1978).

Por fim, cabe ressaltar que a pesquisa ainda encontra-se em curso, justificando, portanto, a importância da flexibilidade metodológica no decorrer da pesquisa. A natureza dinâmica da pesquisa-ação e da pesquisa participante demanda uma abordagem adaptável, permitindo ajustes e reavaliações conforme novas informações e contextos emergem. Essa adaptabilidade visa garantir que os resultados e as intervenções propostas sejam relevantes e contextualizados, promovendo um impacto mais significativo nas práticas e políticas educacionais em análise.

## **REFERENCIAL TEORICO**

A luta pela inclusão é global, configurando-se como um movimento político, cultural, social e pedagógico, na defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando sem qualquer discriminação. A educação para todos constitui um paradigma educacional baseado nos conceitos de direitos humanos que defende as igualdades e diferenças como valores inseparáveis e que visa superar uma educação que historicamente vem gerando exclusão na escola e fora dela. No Brasil, a escola tem se apresentado como uma instituição excludente e reprodutora da ordem social, privilegiando um grupo de pessoas com características homogêneas. Mazzota (1996, p. 15), nesse sentido, pontua que “a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade”.



Algumas iniciativas aconteceram no sentido de superar isso desde a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, Lei 4.024/61 que tratava dos direitos dos alunos “excepcionais” a educação. Entretanto, essa luta passa a ganhar notoriedade apenas a partir da Constituição Federal de 1988 que assegura no artigo 206 inciso I “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988) como um dos seus princípios e no Artigo 208 que prevê a oferta de AEE preferencialmente na rede regular de ensino.

Temos que reconhecer a importância desses marcos legais para os avanços em relação à educação dos alunos com deficiência, porém a criação de escolas ou classes especiais inaugurou uma nova exclusão, pois muitos alunos com comprometimentos graves jamais conseguiram superar seus desafios e serem verdadeiramente incluídos. Esse padrão de educação para alunos especiais ficou em vigor até o início da década de 1990 e foi conhecido como Paradigma da Integração (Camargo; Gomes; Silveira, 2016). Esse paradigma tinha como principal característica o fato de que muitos alunos matriculados em salas de aulas especiais continuavam segregados, além de haver ainda uma forte presença da assistência social e da saúde na escola, relegando a segundo plano o processo de ensino e aprendizagem. Essas iniciativas reforçaram as premissas estabelecidas a partir do modelo homogêneo e não desencadearam nenhuma reformulação na prática educativa que gerasse a valorização dos diferentes potenciais de aprendizagem. É o que expressa documento elaborado pelo Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais (Brasil, 2007, p. 02).

Contrapondo-se a essa perspectiva, em 1994 apresenta-se a primeira tentativa de formulação de uma política pública visando a superação do viés assistencialista que permeou a escolarização de crianças com deficiências. A Política Nacional de Educação Especial passou a preconizar o acesso às classes comuns de ensino àqueles que “[...] possuem condições de desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (Brasil, 1994, p. 19).

A inclusão exige mudanças não somente na escola, mas também questiona as políticas educacionais requerendo mudanças radicais de reorganização dos sistemas na perspectiva em que todos sem nenhuma diferenciação devem frequentar salas de aula do ensino regular. Sobre isso, assevera Mazzota (1982) que

A educação da pessoa deficiente ocorre, basicamente, de duas maneiras: uma, que é a via comum, ou seja, através dos mesmos recursos e serviços organizados para todos;



e outra, que é a via designada como especial, mediante a utilização de auxílios e serviços especiais que não estão disponíveis nas situações comuns de educação (Mazzota, 1982, p.17).

Para a garantia da inclusão das pessoas com deficiências, para que estas tenham acesso ao AEE, direito adquirido, como já visto, foi necessário a criação das SRMs. As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços físicos acessíveis com mobiliários adaptados, equipamentos de informática, tecnologias assistivas e jogos pedagógicos que visam o fortalecimento da oferta do AEE, tendo um caráter de complementaridade ao ensino regular.

O “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”, criado em 2007, foi um marco importante para a efetivação do AEE em espaços escolares. Ele forneceu condições para a aprendizagem de todos ao assegurar materiais pedagógicos e ofertar quadros docentes com profissionais capacitados. A União realizava a doação dos equipamentos e formação dos professores e o município, como contrapartida, disponibilizava espaço físico para a instalação dos equipamentos. A respeito do AEE, as Orientações para a institucionalização da Oferta do AEE em Salas de Recursos Multifuncionais dispõem, em seu artigo 5º que

O AEE é realizado prioritariamente na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra escola, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns. A elaboração e execução do Plano de AEE são de competência dos professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais em articulação com os demais professores do ensino comum, com a participação da família e em interface com os demais serviços setoriais (Brasil, 2010).

No município de Fortaleza, as diretrizes e orientações para o atendimento pedagógico nas unidades escolares são elaboradas em conformidade com os documentos mandatórios, tais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), garantindo assim matrícula em salas de aula regulares, bem como o AEE no contraturno escolar.

Em 2022, visando alinhar orientações para todos os profissionais, a SME publicou documento intitulado “A Educação Inclusiva na Rede Municipal de Ensino: Um olhar para todos” fortalecendo a parceria entre SME-sede, Distritos de educação e unidades escolares para que a garantia do direito à educação se torne uma realidade de todos. Esse documento foi estudado amplamente em todas as unidades de ensino da rede na ocasião do II Encontro Pedagógico de 2022, ocorrido no dia 29 de julho com o tema “Ampliando os olhares no contexto das diferenças”, pautado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com ênfase no ODS 4: “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. A escolha do tema promove um espaço relevante e imprescindível para as discussões sobre a inclusão no chão da escola, a





garantia do direito a aprendizagem de todos, independente de idade, cor, sexo, etnia, deficiência ou condição social.

Nesse documento, aponta-se que no ano 2013 somente 70 unidades escolares tinham SRMs, crescendo para 236 em 2022 a quantidade desses equipamentos. O crescente número de matrículas na Rede Municipal de Fortaleza na educação inclusiva sinaliza avanços concernentes à garantia de direito à educação para todos. Conforme dados do último censo escolar (2021), a capital do Ceará se encontra em 3º lugar entre as capitais brasileiras no tocante ao acesso a essa modalidade de ensino, estando atualmente com 10.187 estudantes com deficiência matriculados.

A criação da Coordenadoria de Diversidade e Inclusão (CODIN) no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, conforme a reconfiguração do organograma publicada no Diário Oficial nº 17.782 de 12 de março de 2024, representa um progresso relevante na promoção de uma educação mais inclusiva e diversificada. Com o objetivo de coordenar a formulação e implementação das políticas educacionais voltadas para a inclusão e a valorização da diversidade, a nova coordenadoria se compromete a fortalecer as práticas pedagógicas inclusivas e garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade.

A estrutura organizacional da CODIN, dividida entre a Célula de Educação Inclusiva (CEINC) e a Célula de Diversidade (CEDIV), reflete a complexidade e a amplitude necessárias para implementar efetivamente da educação inclusiva. A CEINC tem como atribuições principais a elaboração de diretrizes e orientações para o desenvolvimento de ações pedagógicas inclusivas nas unidades escolares da Rede, a garantia do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para estudantes atípicos, e a promoção da formação continuada dos profissionais de apoio escolar e assistentes de inclusão escolar. Por sua vez a CEDIV tem como atribuições subsidiar a atualização das propostas curriculares da Rede Municipal de Ensino, alinhando-se aos documentos nacionais e estaduais para contemplar as especificidades dos diferentes públicos das Políticas de Diversidade; colaborar com a Coordenadoria de Ensino Fundamental na elaboração de planejamentos para a formação de profissionais da rede, considerando as particularidades dos estudantes contemplados pelas políticas de diversidade; e estabelecer parcerias com instituições para promover o acesso a programas e projetos que reforcem as políticas educacionais de diversidade.

Embora essas iniciativas sejam promissoras, a efetividade da CODIN dependerá da integração eficaz entre suas células e da capacidade de traduzir as diretrizes e ações planejadas em práticas concretas que impactem positivamente a realidade das escolas e dos alunos. A



coordenação e a articulação entre a CEINC e a CEDIV serão cruciais para garantir que os objetivos da CODIN sejam alcançados e que a educação inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza se torne uma realidade tangível e sustentável.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) tem demonstrado um compromisso contínuo com a formação e o fortalecimento das práticas pedagógicas voltadas para a Educação Inclusiva, promovendo eventos significativos que estimulam a reflexão sobre a criação de ambientes escolares acolhedores. Em 2022, ocorreu o I Seminário Municipal em Diversidade e Inclusão, intitulado "Escola que Acolhe", focado na sensibilização sobre a inclusão no ambiente escolar, seguido pela segunda edição em 2023, com o tema "Diálogos para Educação com Equidade", que aprofundou os debates sobre práticas pedagógicas justas e igualitárias. Em 2024, o 3º Seminário Municipal, com o tema "Diálogos para a Redução das Desigualdades", ampliou as discussões sobre os desafios da educação inclusiva, conforme ressaltou Monica Costa, coordenadora da CODIN, destacando a importância de fortalecer práticas pedagógicas e processos educativos que atendam às necessidades tanto dos profissionais quanto dos estudantes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados preliminares apontam que, embora as Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) tenham promovido avanços significativos no atendimento a alunos com necessidades especiais, ainda há obstáculos que comprometem a plena efetivação da política. Dentre os avanços observados, destaca-se a personalização do atendimento, que tem permitido uma maior adaptação das práticas pedagógicas às necessidades individuais dos alunos, favorecendo uma inclusão mais equidade. Esse atendimento individualizado tem sido essencial para que os estudantes com necessidades educacionais especiais possam progredir em seu desenvolvimento escolar, respeitando suas características específicas.

Além disso, foi identificada uma integração mais efetiva desses alunos ao ambiente escolar, graças às estratégias pedagógicas inclusivas desenvolvidas nas SRMs. Tais estratégias não apenas contribuem para o desempenho acadêmico dos alunos atendidos, mas também promovem uma sensibilização mais ampla da comunidade escolar sobre suas necessidades. Esse processo de conscientização tem sido um fator crucial na construção de uma cultura escolar mais inclusiva e acolhedora, combatendo, assim, a exclusão escolar e promovendo um ambiente de aprendizagem mais equitativo.

Contudo, persistem desafios estruturais que comprometem a rotina das SRMs. A carência de recursos e de infraestrutura adequados, como materiais pedagógicos especializados



e tecnologias assistivas, tem dificultado a implementação de práticas pedagógicas mais inclusivas. Outro fator limitante é a formação insuficiente de alguns profissionais que atuam na escola, como porteiros, merendeiras, funcionários administrativos e assistentes, que também desempenham papéis importantes no contexto inclusivo. Sem uma capacitação contínua e especializada, esses profissionais enfrentam dificuldades em aplicar práticas inclusivas adequadas, o que impacta negativamente a qualidade do atendimento oferecido.

Adicionalmente, observa-se a necessidade de um maior envolvimento da comunidade escolar no processo inclusivo. Embora as SRMs tenham promovido uma sensibilização significativa entre parte do corpo docente e dos profissionais da escola, ainda há uma lacuna no engajamento de todos os atores, incluindo famílias. A colaboração entre família e escola fundamental para que as práticas inclusivas sejam efetivas e para que o ambiente escolar se torne verdadeiramente inclusivo, reduzindo barreiras e promovendo uma educação mais equitativa e acessível para todos os alunos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As considerações preliminares desta pesquisa reforçam que as Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) têm desempenhado um papel fundamental na promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa para alunos com necessidades especiais. Os avanços observados, como o atendimento personalizado e a integração mais efetiva desses alunos ao ambiente escolar, evidenciam o impacto positivo dessas salas na adaptação das práticas pedagógicas e na conscientização da comunidade escolar. Essas iniciativas têm favorecido o progresso educacional dos alunos e contribuído para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva e acolhedora. No entanto, a plena efetivação da política de inclusão ainda enfrenta desafios que limitam o alcance das SRMs.

Entre os principais desafios, destacam-se a falta de recursos adequados e a necessidade de formação contínua para os profissionais da escola, que são elementos essenciais para a implementação eficaz das práticas inclusivas. Além disso, o envolvimento de toda a comunidade escolar, especialmente das famílias, é crucial para fortalecer as práticas desenvolvidas nas SRMs e garantir um ambiente de aprendizagem verdadeiramente inclusivo. Superar essas barreiras será fundamental para consolidar os avanços alcançados e assegurar que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a uma educação justa e de qualidade.



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, de maneira especial, aos professores e à coordenação do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP/UFC), cujas orientações e reflexões críticas foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Sou igualmente grata aos professores das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), professores da sala regular, gestores da escola lócus e responsáveis pelos alunos, que participaram da pesquisa, compartilhando suas experiências e desafios no processo de inclusão escolar

Agradeço também à Secretaria Municipal de Educação, que, por meio do Programa Observatório da Educação, ofereceu bolsas de mestrado e doutorado, demonstrando confiança e investimento no aprimoramento contínuo dos profissionais da educação.

## **REFERÊNCIAS**

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1996.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. Disponível em: <http://www.apartilhadavida.com.br>. Acesso em: 8 jul. 2024.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.